

As cidades e seus agentes



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor Eustáquio Afonso Araújo
Vice-reitor Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães



EDITORA PUC MINAS

Comissão Editorial Ângela Vaz Leão (PUC Minas)
Graça Paulino (UFMG)
José Newton Garcia de Araújo (PUC Minas)
Maria Zilda Cury (UFMG)
Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC Minas)

Coordenação editorial Cláudia Teles de Menezes Teixeira

Assistente editorial Maria Cristina Araújo Rabelo

Revisão Virgínia Mata Machado

Comercial Maria Aparecida dos Santos Mitraud

Divulgação Danielle de Freitas Mourão

Projeto gráfico, capa, diagramação Eduardo Magalhães Salles (EMS editoração eletrônica)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitora Suely Vilela
Vice-reitor Franco Maria Lajolo



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Plínio Martins Filho

COMISSÃO EDITORIAL

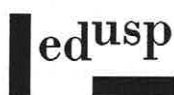
Presidente José Mindlin
Vice-presidente Carlos Alberto Barbosa Dantas
Benjamin Abdala Júnior
Carlos Augusto Monteiro
Franco Maria Lajolo
Maria Arminda do Nascimento Arruda
Nélio Marco Vincenzo Bizzo
Plínio Martins Filho

Diretora Editorial Silvana Biral
Diretora Comercial Ivete Silva
Diretora Administrativa Gina de Oliveira Santos
Editoras-assistentes Marilena Vizentin
Carla Fernanda Fontana
Mônica Cristina Guimarães dos Santos

Heitor Frúgoli Jr. • Luciana Teixeira de Andrade • Fernanda Arêas Peixoto
(Organizadores)

As cidades e seus agentes: práticas e representações

Coleção Temas urbanos



Belo Horizonte
2006

Copyright © 2006 Heitor Frúgoli Jr., Luciana Teixeira de Andrade, Fernanda Arêas Peixoto (Organizadores)
Todos os direitos reservados

EDITORA PUC MINAS

R. Pe. Pedro Evangelista, 377 • Coração Eucarístico
30535-490 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil
Tel.: 55 (31) 3375.8189 • Fax: 55 (31) 3376.6498
e-mail: editora@pucminas.br • www.pucminas.br/editora

CONSELHO EDITORIAL: Antônio Cota Marçal (PUC Minas); Benjamin Abdalla (USP); Carlos Reis (Universidade de Coimbra); Dídima Olave Farias (Universidad del Bio-Bío - Chile); Evando Mirra de Paula e Silva (UFMG); Gonçalves Byrne (Lisboa); José Salomão Amorim (UnB); José Viriato Coelho Vargas (UFPR); Kabengele Munanga (USP); Lélia Parreira Duarte (PUC Minas); Leonardo Barci Castriota (UFMG); Maria Lúcia Lepecki (Universidade de Lisboa); Philippe Remy Bernard Devloo (Unicamp); Regina Leite Garcia (UFF); Rita Chaves (USP); Sylvio Bandeira de Mello (UFBA).

EDUSP – EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: Tel. (0xx11) 3091.4008/3091.4150
SAC (0xx11) 3091.2911 – Fax (0xx11) 3091.4151
www.usp.br/edusp – e-mail: edusp@edu.usp.br

Printed in Brazil 2006

Foi feito o depósito legal

C568

As cidades e seus agentes: práticas e representações / Heitor Frúgoli Jr.,
Luciana Teixeira de Andrade, Fernanda Arêas Peixoto (organizadores). –
Belo Horizonte: PUC Minas/Edusp, 2006
408p.: il. – (Coleção Temas urbanos)

Bibliografia

ISBN: 85-86480-50-9 (PUC Minas)

ISBN: 85-314-0984-5 (Edusp)

1. Planejamento urbano. 2. Espaços públicos. 3. Patrimônio cultural.
4. Cidades e vilas. 5. Sociologia urbana. 6. Cultura – História. 7. Modernidade
I. Frúgoli Junior, Heitor. II. Andrade, Luciana Teixeira de, 1959 – . III. Peixoto,
Fernanda Arêas. IV. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
III. Universidade de São Paulo. IV. Título.

CDU: 711.4

Sumário

Apresentação 9

PARTE I – INTERVENÇÕES URBANAS E PATRIMÔNIO

Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano

Rogério Proença Leite 23

A revitalização da região central de Fortaleza (CE): novos usos dos espaços públicos da cidade

Tarcísio R. Botelho 45

Os dois lados da linha do trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas (SP)

Silvana Rubino 68

Procesos de transformación urbana en lugares centrales y periféricos del área metropolitana de Buenos Aires: ¿ganó el urbanismo escenográfico?

Mónica Beatriz Lacarrieu

María Carman

María Florencia Girola 98

La Maison des Métallos: representações e estratégias de preservação do patrimônio no leste parisiense

Laura Graziela Gomes 128

“Uma metrópole na floresta”: representações do urbano na Amazônia

Antônio Maurício Dias da Costa 150

PARTE II – IMAGINÁRIO, HISTÓRIA E MEMÓRIA

As cidades nas narrativas sobre o Brasil

Fernanda Arêas Peixoto 177

Do impacto da modernidade sobre a civilidade das elites nas ruas de São Paulo no século XIX

Fraya Frehse 198

Dois planos urbanísticos de Vitória: saúde e praia como metáforas do imaginário urbano
Geert A. Banck 228

A Cruz do Anhanguera: representações, experiências, memórias, patrimônio
Izabela Tamaso 245

PARTE III – SEGREGAÇÃO ESPACIAL E DINÂMICAS CULTURAIS

A arena em torno do futuro Plano Diretor de São Bento do Sapucaí (SP): novos significados da relação entre cidade e campo
Heitor Frúgoli Jr. 277

Estilos de vida nos condomínios residenciais fechados
Luciana Teixeira de Andrade 305

A gramática nativa: reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela
Fernanda Delvalhas Piccolo 330

Ongueiros, festeiros e simpatizantes: o circuito urbano da “cultura popular” em São Paulo
Maria Celeste Mira 353

Mutirões autogeridos: construindo e desconstruindo sociabilidades
Cibele Saliba Rizek
Joana da Silva Barros 377

Sobre os autores 403

APRESENTAÇÃO

ESTE LIVRO, O PRÓPRIO título indica, percorre cidades variadas a partir de enfoques distintos. Talvez seja esse um de seus principais interesses. Fruto de um trabalho conjunto, realizado por pesquisadores com formações diversas, o volume vem somar-se a outros esforços de compreensão da cidade e do urbano, procurando contribuir pela análise de casos específicos. Além disso, a perspectiva antropológica e a ênfase etnográfica das análises – testadas em suas interfaces com a sociologia, com o urbanismo, com a história cultural e intelectual – buscam jogar luz nova sobre temas e problemas que há muito preocupam os pesquisadores da área. Os ensaios aqui reunidos trazem à baila cidades brasileiras grandes, médias e pequenas – Belém, Recife, Fortaleza, Vitória, Nova Lima (MG), São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Campinas, Goiás Velho e São Bento do Sapucaí (SP) – e exemplos adventícios: Paris e Buenos Aires. A consideração desses diferentes cenários por si só oferece elementos preciosos para um exame comparativo, que permite iluminar a variedade abrigada sob o singular freqüentemente utilizado – “a cidade”. Falar da “cidade” ou da “cidade brasileira”, mostram os artigos, impõe a análise da pluralidade de espaços físicos e territórios que trazem consigo histórias e experiências particulares.

A leitura integrada dos textos permite entrever algumas linhas de força que atravessam o conjunto, separado apenas para efeitos de organização interna. Antes de mais nada, a questão da modernização e da modernidade recoloca-se aqui, como não poderia deixar de ser, por meio de acessos precisos: pelo modo como cidade e modernidade se associam na imaginação social; pelos projetos de intervenção e remodelação do espaço público e/ou pelo seu im-

pacto nas ruas e práticas cotidianas. Acompanhar os processos de modernização entre nós – que as cidades exibem em traçados e formas de sociabilidade – obriga à retomada (crítica) de tópicos clássicos, como o das relações entre rural e urbano, ou entre sociedade e comunidade.

O exame detalhado de processos particulares de intervenção e remodelação urbanos, enfrentados por boa parte dos autores, coloca em primeiro plano os grupos sociais atingidos por essas políticas e o modo como estes vêm respondendo ou elaborando tais experiências através de ações orientadas por um repertório de significados disponíveis, enraizados em certas tradições. Embora compreendidas “de dentro”, a partir do enfoque etnográfico, não se trata de ler as atuações desses grupos apenas como formas de resistência às políticas, mas de pensá-las na sua articulação estreita com as próprias dinâmicas de intervenção. O cruzamento entre um olhar crítico sobre as intenções e práticas interventoras e as várias formas de ressignificação por parte dos atingidos por elas revela-se um duplo movimento promissor, que as análises evidenciam por meio da consideração das mediações entre os planos macro e micro-sociais.

Isso nos leva a sublinhar outro aspecto central levantado por alguns artigos, que diz respeito à indissociabilidade analítica entre espaço, práticas e agentes. Se a postulação de tal nexos parece óbvia, o seu manejo nem sempre é simples. Como combinar efetivamente a leitura do espaço – projetos urbanísticos, remodelação das fachadas, intervenções públicas e privadas – com o exame dos usos, experiências e percepções desses espaços pelos diversos agentes? Tentativas de articular essas dimensões evidenciam-se, por exemplo, quando das análises de intervenções urbanísticas pontuais – denominadas “revitalização”, “requalificação”, “reabilitação” etc. – que têm lugar, sobretudo, a partir dos anos 1990 nas áreas centrais de diversas metrópoles. Nota-se aí a presença marcante do Estado, principalmente em suas dimensões local e estadual, embora tal papel se oculte parcialmente por meio de várias modalidades de “parceria” com o setor privado, cujo resultado tem sido, de modo geral, o privilégio (preocupante) de uma série de interesses empresariais, estabelecendo novas formas de segregação e tentativas de limitar a diversidade sociocultural nos espaços públicos.

A despeito da importância urbanística desses projetos, vários casos aqui examinados mostram que o seu interesse não depende necessariamente do impacto arquitetônico das intervenções. Assim, muitas vezes, a não concreti-

zação de um determinado projeto – avaliado, pelo crivo de certos urbanistas, como um “fracasso” – pode ser reveladora, em si mesma, de um processo rico de conflitos e concepções, em decorrência da trama de representações, ações e embates que mobiliza.

Mas falar em “agentes”, mostram as análises, impõe a consideração de uma pluralidade de sujeitos, assim como a interpretação combinada de vários deles: Estado, associações da sociedade civil, moradores dos condomínios de elite, habitantes das periferias urbanas, classes médias, comerciantes, camelões ou simplesmente transeuntes anônimos, que se enfrentam no espaço da cidade, arena de disputas sociais, políticas e simbólicas.

A cidade como palco de embates de ordens diversas a serem investigados de forma integrada – pensando-se como uma ordem de disputas reverbera na outra – talvez seja a ambição maior deste conjunto de trabalhos. Tal ambição está ancorada no pressuposto da inseparabilidade entre práticas e representações, quando do exame dos espaços urbanos. Pensar as cidades e suas dimensões territoriais significa refletir sobre o repertório de significados que alimentam seus usos e contra-usos, analisar as metáforas que povoam o imaginário construído sobre elas, enfrentar a memória e a história frequentemente acionadas nas políticas e projetos urbanos.

Finalmente, cabe destacar outro domínio pelo qual envereda parte dos analistas aqui reunidos: os processos contemporâneos de segregação e de distinção (social, política e simbólica), que se revelam na análise de espaços exclusivos – fechados por fronteiras visíveis, como os condomínios – ou no exame do modo como diversos grupos demarcam fronteiras entre zonas distintas – por exemplo, rural/urbano, asfalto/favela – ou ainda quando fronteiras são construídas e reconstruídas num mesmo espaço, seja a favela ou o condomínio das classes médias altas. Alguns desses processos são novos, outros já conhecidos, mas todos afetados por dinâmicas recentes como a violência urbana, o ambientalismo, o turismo etc.

A idéia de fronteira – frequentemente acionada – encerra a idéia de diferença e por isso é produtora de conflitos e embates em torno de representações. As fronteiras contêm disparidades, mostram os autores, mas iluminam também semelhanças expressas nos estilos de vida e nas práticas culturais compartilhadas. Os diferentes estilos de vida denotam escolhas e identificações como as dos meninos da favela que se vestem como os traficantes, ou da classe média que incorpora valores da cultura popular, ou ainda das diferentes

gerações moradoras dos condomínios, cuja forma de apropriação do espaço tem sentidos bastante distintos. Essas fronteiras, uma vez construídas, marcam afastamentos e exclusões, é verdade, mas também transposições e continuidades – entre o rural e o urbano ou entre o morro e a favela, por exemplo –, assim como processos de inclusão.

O ponto de partida das discussões empreendidas nestes ensaios foram dois fóruns de pesquisa – “Cidades, representações e experiência social” e “As múltiplas faces da cidade e do urbano” – realizados respectivamente em Gramado (2002) e Olinda (2004), durante a 23ª e a 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, promovidas pela Associação Brasileira de Antropologia.

Uma das idéias iniciais que levaram à organização do primeiro fórum¹ foi a de tentar aproximar pesquisadores ligados a distintas vertentes de estudos sobre a cidade. A questão central era aprofundar a compreensão do modo como a multifacetada dimensão urbana vinha sendo incorporada em tais análises, tendo em vista a construção de perspectivas marcadas por diálogos entre diferentes disciplinas. Tratava-se de reunir não apenas estudiosos do espaço urbano propriamente dito, mas aqueles que se debruçavam sobre as dinâmicas culturais ou políticas geradas na experiência urbana, assim como os analistas dos discursos e imagens produzidas sobre as cidades em diferentes momentos e contextos.

Outro particular interesse era aprofundar o debate sobre os vários significados atribuídos à dimensão urbana, buscando aproximar e confrontar os modos como foram concebidos e revistos em distintas áreas de conhecimento, tais como: a noção de uma cultura urbana advinda, com desdobramentos, dos estudos clássicos da Escola de Chicago; o urbano como *locus* do moderno, conforme formulação de vários autores clássicos das ciências sociais na passagem do século XIX para o XX; as continuidades entre os domínios urbano e rural, evidenciadas em certas linhas do pensamento social brasileiro – lembrando que tais vertentes evidentemente não esgotam os enfoques clássicos existentes.

Alguns debates travados nesse primeiro encontro – sobre, por exemplo, as articulações matizadas entre discursos e práticas de intervenção urbanísticas, as dinâmicas de produção de representações em torno do urbano ou os distintos sentidos da modernidade urbana – propiciaram o reconhecimento

¹ Coordenado por Fernanda Arêas Peixoto e Heitor Frúgoli Jr.

de desafios comuns em torno de dimensões socioculturais da esfera urbana, o que levou ao segundo fórum, dois anos depois.²

Nesse segundo tempo, foram discutidas questões relativas às intervenções propriamente ditas. Procurou-se aprofundar a análise de projetos de renovação urbana e de seus impactos em comunidades, bairros ou cidades, pensando o modo pelo qual grupos atingidos por tais processos responderam ou elaboraram esses eventos. Atenção especial foi dada às potencialidades e limites do conceito de *gentrification* – concebido inicialmente para a reflexão sobre intervenções urbanas recentes que alteraram a composição social em áreas centrais de várias cidades norte-americanas e européias, e crescentemente utilizado em estudos sobre intervenções e impactos com certos graus de similaridade em cidades brasileiras ou latino-americanas.

Outro campo de reflexão foi aberto pela análise detida de processos de segregação ou auto-segregação socioespacial, e também de formas de apropriação social do espaço urbano por grupos que, como não poderia deixar de ser, demarcam territórios móveis e dinâmicos. Foi uma chance de se avaliar a contribuição mais recente da antropologia urbana à delimitação de contextos etnográficos como favelas, periferias ou condomínios fechados, onde a segregação se desenha e se particulariza em nossas metrópoles, mas onde se produzem também formas de associativismo e comunitarismo, cujas pesquisas já contam com certa tradição nos estudos urbanos. As interfaces entre a cidade e as produções simbólicas ou culturais foram aí retomadas por meio de análises do contexto citadino e do seu modo de representação cultural, intelectual e literária.

A densidade dos trabalhos apresentados e discutidos nos dois fóruns animou-nos a organizar este volume, que conta com quinze artigos, distribuídos em três partes assim intituladas: I. Intervenções urbanas e patrimônio; II. Imaginário, história e memória; III. Segregação espacial e dinâmicas culturais. Como toda classificação, esta é parcial e discutível. Outras poderiam ter sido pensadas, já que os textos, aparentemente muito diferentes, dialogam, todo o tempo, entre si.

A primeira parte, “Intervenções urbanas e patrimônio”, abarca pesquisas que enfocam, de um modo geral, um conjunto de fenômenos em curso especialmente a partir da década de 1990 em áreas centrais de várias metrópoles,

² Coordenado por Heitor Frúgoli Jr. e Luciana Teixeira de Andrade.

onde em geral um ou mais locais do Centro ou de bairros mais antigos – espaços assim fixados na representação dos habitantes, através de um cruzamento de dimensões ligadas à memória popular, à história e ao patrimônio – vêm sendo alvo de intervenções urbanísticas pontuais com diversas designações, cada uma atrelada, numa visada genealógica, a certos ideários urbanísticos em termos conceituais, políticos e históricos. Em vários casos, as elaborações em torno do patrimônio histórico e cultural revelam-se decisivas, enquanto idéias-chave para a articulação de uma série de ressignificações politicamente interessadas de reinvenção do passado, fornecendo substrato para intervenções que destinam tais locais ao consumo cultural, do lazer, do turismo, do entretenimento, dos negócios etc.

De todo modo, tais intervenções – ou intenções nesse sentido – passam, *a posteriori* ou concomitantemente, por reapropriações articuladas por grupos sociais imersos na trama urbana, a maioria oriunda das camadas populares, muitos dos quais ocupam o espaço através de organizações informais, enraizadas em tradições de longa data, criando modos específicos de resposta, mesmo quando a intenção seja apenas continuar utilizando o espaço para garantir a sobrevivência (embora possa haver, em certos casos, formas de resistência com base em organizações politicamente orientadas). Isso tem constituído uma questão vital em muitas investigações, tendo em vista a magnitude da presença das classes populares nas áreas mais densas das cidades brasileiras ou latino-americanas. O principal desafio diz respeito ao mapeamento dos conflitos em torno dos usos dos espaços públicos, que se acentuam à medida que tais fenômenos recentes de intervenção tentam delimitar linhas de pertencimento em termos de legitimidade em relação a quem fica “dentro” e “fora” dessas “novas concepções” de espaço público. Embora elaboradas em novos termos, muitas dessas práticas reeditam antigas versões higienistas do espaço urbano, nas quais as tentativas de expulsão de consideráveis setores das classes populares eram recorrentes.

O texto de Rogério Proença Leite, “Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano”, que abre essa parte, aborda facetas significativas do enobrecimento do bairro do Recife Antigo, que, junto com o Pelourinho, em Salvador, constitui forte referência nos estudos urbanos brasileiros sobre processos de revitalização, ambos situados em áreas onde o valor do patrimônio histórico revela-se significativo, bem como o peso das intervenções destinadas ao incremento do turismo bastante determinante. Um dos argumentos

centrais é que as áreas que sofreram certas formas de *gentrification* não levaram ao apagamento do espaço público, principalmente enquanto esfera na qual vários grupos populares praticam contra-usos do espaço, reivindicando sua utilização sob outros pontos de vista que não apenas o de consumo e lazer, negociando cotidianamente certas fronteiras de pertencimento e assim reconstruindo “lugares sociais”.

O artigo de Tarcísio R. Botelho, “A revitalização da região central de Fortaleza (CE): novos usos dos espaços públicos da cidade”, amplia o enfoque sobre processos de revitalização e formas de apropriação popular da área central de outra cidade da região nordeste do país, no setor em torno do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, onde se combinaram requalificação urbana e política cultural por meio da ação do governo estadual, em parceria com grupos empresariais. O autor mostra que, malgrado os esforços pelo incremento do turismo, grupos variados da população local vêm se (re)apropriando daquele espaço, algo visível à medida que se confrontam as práticas de proprietários de bares e restaurantes com as de vendedores ambulantes ou barraqueiros, ambos beneficiados por clientela distintas que freqüentam a região, a partir do dinamismo gerado pela abertura do “Dragão do Mar”.

O texto de Silvana Rubino, “Os dois lados da linha do trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas, SP”, enfrenta o alcance do conceito de *gentrification*, bem como da noção correlata de revitalização, contrapondo-os numa investigação voltada ao caso de uma cidade cujo cenário se distancia dos exemplos emblemáticos já mencionados, inclusive porque busca contemplar não apenas sua área central, mas duas regiões marcadas por constituições históricas opostas: o Centro – alvo de investimentos e de obras de vulto – e uma vila operária – a que foram destinados apenas cemitérios, hospitais, curtumes e um matadouro. Um dos desafios passa pela compreensão das políticas locais de preservação, cujo discurso para o Centro enfatiza a “competitividade econômica”, e para a Vila Industrial a “preservação para a comunidade”.

O texto de Mónica Lacarrieu, María Carman e María Florencia Girola, “Procesos de transformación urbana en lugares centrales y periféricos del área metropolitana de Buenos Aires: ¿ganó el urbanismo escenográfico?”, analisa um conjunto de processos esparsos mas articulados de intervenção urbana em curso nessa metrópole ao mesmo tempo próxima e distante, com operações de grande porte, como na região portuária de Puerto Madero e no bairro

do Abasto, além de outras de caráter parcial. Na totalidade, seriam processos inteligíveis no contexto de uma “política de lugares e da memória”, regida por um “urbanismo cenográfico” voltado à planificação baseada numa “cenografia fachadista”, em que predominam valores estéticos sobre éticos. Esse fenômeno, mais visível a partir da década de 1990, avança para além da crise econômica de 2001 na Argentina.

O trabalho de Laura Graziela Gomes, “*La Maison des Métallos: representações e estratégias de preservação do patrimônio no leste parisiense*”, consiste numa abordagem etnográfica do *quartier* de Belleville, emblemático de processos de renovação urbana que atingem vários bairros da capital francesa: situado no leste parisiense – operário e popular –, em oposição ao oeste – aristocrático e burguês –, vem sendo alvo de ações de enobrecimento, sem falar da recente diversificação sociocultural por que passou ao abrigar um amplo conjunto de imigrantes. O enfoque se fixa nas mobilizações de moradores do bairro em torno da preservação da *Maison des Métallos*, edifício há décadas utilizado para atividades sindicais e ameaçado de se transformar num centro cultural desvinculado de sua história, simbolizando uma espécie de luta contra o “emburguesamento” do bairro, com base em formas de associativismo de tradição local.

Por fim, Antonio Maurício Dias da Costa aborda Belém do Pará em “‘Uma metrópole na floresta’: representações do urbano na Amazônia”, contemplando duas representações duradouras sobre a cidade: a de “metrópole-monumento”, advinda do auge do período da borracha, época da construção de obras de vulto, e a de uma “metrópole na Amazônia”, cuja urbanização teria se dado em contraponto à natureza exuberante, fixando-se o exotismo da paisagem urbana e dos próprios habitantes. Tais representações se atualizam através da atuação dos governos local e estadual, que, por caminhos distintos, têm tentado promover a requalificação de certas áreas históricas. Entretanto, tais visões não dialogam nem incorporam representações populares sobre a cidade e seus espaços públicos, articuladas com base em sistemas classificatórios e relacionais, e reconstituídas através de uma fina investigação etnográfica.

A segunda parte do livro, “Imaginário, história e memória”, reúne quatro artigos que lidam, cada qual a seu modo, com discursos e representações, interpellando o plano do imaginário. Trata-se, em linhas gerais, de chamar a atenção para como a cidade é pensada, seja no registro erudito – o ensaísmo, as ciências sociais, o jornalismo e a literatura –, seja no plano dos discursos cor-

rentes – das ruas e dos seus transeuntes. Em todos esses discursos que elegem a cidade como objeto de reflexão, observa-se um apelo incontornável à história e à memória: dos espaços, dos lugares e de seus usos. A história aparece assim como dado a ser investigado – já que componente privilegiado dos discursos – e, ao mesmo tempo, como instrumento dos analistas, que percorrem, eles mesmos, tempos pretéritos na tentativa de recompor trajetos e cenas.

Mas, é preciso deixar claro, a análise dos discursos e representações – bem como a visada histórica e a memória por eles acionada – não têm valor ilustrativo ou suplementar para a consideração das práticas contemporâneas. Ao contrário, sublinham como o exame das intervenções e planos urbanísticos impõe a análise das imagens e metáforas sobre o espaço e a cidade que estão na origem de tais projetos. A relação entre práticas e representações, como sabido, não supõe dimensões separadas ou hierarquicamente distribuídas – como se as representações derivassem das práticas – mas define-se por um processo de retroalimentação permanente: as práticas engendram representações por elas definidas. Do mesmo modo, a análise dos casos contemporâneos obriga o recurso ao passado que, longe de figurar como contexto ou pano de fundo, aparece como elemento indispensável na formulação de políticas e projetos.

O texto de Fernanda Arêas Peixoto, “As cidades nas narrativas sobre o Brasil”, percorre os modos como as cidades aparecem – “de modo arrevesado” – na imaginação social brasileira. Ligadas, no ensaísmo de 1920 e 1930, à tematização do caráter particular e problemático de nossa modernização, as reflexões sobre as cidades vão, aos poucos, afastando-se das grandes questões nacionais e ganhando fóruns de discussão especializada, a partir de 1940 e 1950. Se isso é verdade, as cidades ainda parecem fornecer, com raras exceções, um idioma para pensar as relações entre o tradicional e o moderno entre nós.

O artigo de Fraya Frehse, “Do impacto da modernidade sobre a civilidade das elites nas ruas de São Paulo no século XIX”, debruça-se sobre o modo como a modernidade se insinua nas ruas da São Paulo oitocentista. Apoiando-se nas memórias de infância e juventude de alguns personagens dessa cena, a autora oferece um passeio pela cidade em transformação (a Faculdade de Direito, o primeiro trecho da linha férrea, lojas, confeitarias, teatros etc.), atenta aos modos de vestir, ao gestual, às formas de adestramento do corpo e às rotinas dos rapazes e moças, filhos das elites da época. A etnografia do passado empreendida permite discutir os usos do espaço público pelos diferentes sentidos atribuídos ao “ir às ruas”.

Geert A. Banck realiza uma análise em que convivem o passado e o presente, quando do exame do caso de Vitória, em “Dois planos urbanísticos de Vitória: saúde e praia como metáforas do imaginário urbano”. Tomando como mote dois projetos – o do Novo Arrabalde, 1896, e o da urbanização do aterro à beira-mar, 1986 –, mostra a importância do imaginário do mar e da praia (ao qual se ligam as idéias de saúde e beleza) na ancoragem de ambos os projetos. O ideário positivista colore a criação da área do Novo Arrabalde, no século XIX, destinada às elites e propositalmente diferenciada do Centro. Novas concepções amparam o projeto de remodelação urbana implementado no século seguinte, mas tendo em sua raiz as mesmas representações associadas ao mar.

O artigo de Izabela Tamaso, “A Cruz do Anhanguera: representações, experiências, memória, patrimônio”, também mobiliza passado e presente, mas de modo diverso. Menos do que a comparação entre dois momentos – como faz Geert –, a autora mostra como a história é acionada, de diferentes formas, na discussão sobre um “bem patrimonial”. A Cruz, marco simbólico da história do Estado de Goiás, e a figura emblemática do bandeirante mobilizam interpretações distintas do passado. Mas o processo de recuperação e reconstrução do monumento analisado traz consigo não apenas divergências, mas embates, lutas e disputas – que envolvem toda a cidade, além das igrejas e do Estado – sobre a história, a memória e o patrimônio.

O último segmento do livro, “Segregação espacial e dinâmicas culturais”, enfoca questões relativas aos recentes processos de segregação socioespacial e de construção de fronteiras físicas e simbólicas efetivados pelos grupos sociais em seus respectivos territórios. A dimensão espacial está presente em todas essas abordagens, como as periferias das grandes cidades, os espaços rural/urbano das pequenas cidades, os condomínios, as favelas, os bairros e os circuitos da cultura popular. Por meio de pesquisas de natureza etnográfica, discutem-se as novas representações e ressignificações do urbano e do rural, das formas de segregação, dos estilos de vida e das práticas culturais e sociais presentes nas cidades brasileiras, que, ainda que perpassadas por alguns fenômenos globais, têm as suas próprias significações.

Uma abordagem compartilhada diz respeito às dimensões pública e privada dos espaços, seja pelos significados singulares que lhes são atribuídos pelos moradores das favelas, seja na sua difícil delimitação nos conjuntos habitacionais populares, até a privatização dos espaços públicos, como ocorre nos condomínios fechados. A natureza é objeto de diferentes representações pelos

grupos pesquisados: a população rural e os grupos de classe média que migram para as pequenas cidades ou para os condomínios.

O artigo de Heitor Frúgoli Jr., "A arena em torno do futuro Plano Diretor de São Bento do Sapucaí (SP): novos significados da relação entre cidade e campo", apresenta os resultados de uma pesquisa etnográfica nessa pequena cidade paulista (10,3 mil hab.), atualmente envolvida na elaboração de seu Plano Diretor. O artigo retoma inicialmente a discussão clássica entre cidade e campo ou entre moderno e tradicional para em seguida apresentar a cidade, seus grupos mais organizados e suas respectivas relações com o projeto de criação de tal plano. Esse texto, assim como o de Maria Celeste Mira, que também compõe este bloco, aborda a questão ambiental e o turismo, em torno dos quais se articulam os atores interessados na elaboração do Plano Diretor da cidade, cuja transformação tem sido influenciada principalmente pelo turismo.

O segundo artigo desse bloco, "Estilos de vida nos condomínios residenciais fechados", de Luciana Teixeira de Andrade, analisa os condomínios fechados no Brasil, com foco nas pesquisas de natureza qualitativa, e mais especificamente os condomínios de Nova Lima, município da região metropolitana de Belo Horizonte. A principal contribuição dessas pesquisas é um olhar interno a essa forma de morar, capaz de captar as motivações de seus moradores, bem como as suas representações sobre a vida urbana interna e externa aos condomínios. Uma das especificidades do município de Nova Lima reside no fato de que os seus condomínios surgiram na década de 1950 e, por isso, reúnem hoje dois grupos: os antigos e os novos moradores. A partir daí o texto analisa as representações dos antigos moradores sobre os mais novos e os conflitos existentes entre suas diferentes concepções de morar, de natureza, segurança e estilos de vida.

O texto de Fernanda Delvalhas Piccolo, "A gramática nativa: reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela", aborda um tema caro à produção antropológica e sociológica carioca: as relações tensas entre favela e bairro. A proximidade geográfica desses dois mundos, que marca a urbanização da cidade do Rio de Janeiro, produz conflitos e distâncias sociais. Trata-se de um tema já clássico, mas de interesse sempre renovado à medida que muda a natureza dos conflitos, mas o estigma e a distância permanecem. Nas últimas décadas, as tensões se agravam com o crescimento da criminalidade e da violência. O texto trata, mais especificamente, de uma etnografia sobre as relações entre a favela "Morro dos Macacos" (oficialmente Parque Vila Isabel) e o bairro circunvizinho, Vila Isabel.

O artigo de Maria Celeste Mira, “Ongueiros, festeiros e simpatizantes: o circuito urbano da ‘cultura popular’ em São Paulo”, também aborda a disputa dos significados de categorias como “comunidade” (real ou imaginada), além de recentes agenciamentos da cultura popular. Celeste mostra que nos últimos anos a cidade de São Paulo tem sido palco de inúmeros eventos de cultura popular e folclórica promovidos pelas ONGs, em parceria com o Estado e/ou a indústria do turismo. Evidencia-se a transferência das disputas pelo popular, tradicionalmente localizadas na esfera estatal, para o mercado turístico, com a participação das ONGs e de grupos culturais. Outra característica é a reunião de diferentes grupos sociais, como parcelas da classe média intelectualizada e representantes da cultura popular – “o pessoal da tradição” –, ainda que com significados bastante distintos, tais como sobrevivência, valorização da sociabilidade tradicional, novas formas de inserção e de estilos de vida.

O quinto artigo, de Cibele Saliba Rizek e Joana da Silva Barros, “Mutirões autogeridos: construindo e desconstruindo sociabilidades”, estuda duas experiências paulistas de produção de habitação consideradas “virtuosas”: o conjunto habitacional Cazuza, na cidade de Diadema, e a União da Juta, um conjunto localizado na zona leste de São Paulo. O artigo contempla os múltiplos sentidos da expressão “mutirões autogeridos”, desde suas primeiras experiências autogestionárias até a sua transformação em mutirões oficiais. Nos dois casos estudados, as autoras expõem os diversos conflitos que envolvem a extensa rede de atores, desde os relacionados às dificuldades de reconhecimento do trabalho dos “mutirantes” até os embates entre os próprios “mutirantes” e os “invasores”, como ocorreu no caso da União da Juta.

Nossa expectativa é a de que este conjunto de trabalhos possa contribuir para os debates em curso a respeito das abordagens antropológicas da cidade, bem como inspirar novas incursões nos estudos urbanos. Esta coletânea seria impensável sem o esforço dos vários autores, aos quais agradecemos pelo empenho em todas as etapas do trabalho. Somos também gratos a todos que, de algum modo, participaram dos fóruns que propiciaram esta publicação.

Heitor Frúgoli Jr.

Luciana Teixeira de Andrade

Fernanda Arêas Peixoto

(Organizadores)